

Giulio Andreotti (1919-2013), infinitas gradações de cinza

Rubens Ricupero

Apesar de haver chefiado sete governos italianos e de ter sido ministro dezenas de vezes (mais de 30 ou 20, segundo o método de contagem), Giulio Andreotti, falecido em 6 de maio aos 94 anos, quase nunca é associado a alguma específica política econômica ou social ou a realizações administrativas marcantes em que se tivesse traduzido tão longa ocupação dos palácios romanos. O mesmo sucede com sua atuação legislativa no Parlamento, onde esteve presente sem nenhuma interrupção, desde a primeira eleição nos anos 1940 até a morte como senador vitalício.

Menos que seu papel em obras concretas de administração ou mudanças legislativas históricas, o que fascina os observadores no “Divo Giulio” ou, para seus inimigos, “Belzebu”, é o estilo pessoal, a paciente construção da *persona* pública sob a forma de máscara de político desabusado, sardônico, de cinismo espontâneo, autêntico e, ao mesmo tempo, complacentemente cultivado. Essas características enriqueceram o folclore político de incontáveis aforismos dos quais o mais celebrado, “o poder desgasta, sobretudo os que o perdem” pertence na verdade a Talleyrand.

Antes que italiano, Andreotti era romano. Não se pode entender sua identidade cultural sem lembrar que nasceu e cresceu numa Roma onde continuavam vivas e vigorosas a memória e a sobrevivência do clericalismo político e do poder temporal dos papas, para outros, não para ele, motivo de perda da fé religiosa de acordo com o ditado “*Roma veduta, fede perduta*”. Os obituários costumam salientar sua cultura política católica como se a dele fosse a única possível, esquecendo que estava a anos-luz de distância de outras variedades, como a francesa do pós-guerra.

Ou até a de seu mentor, Alcide De Gasperi, cuja aproximação ao jovem dirigente da Juventude Universitária Católica se devia não a afinidades pessoais, mas à necessidade da união política dos católicos diante da ameaça real de que o poder tombasse em mãos do maior Partido Comunista do ocidente. Após reorganizar o movimento democrata-cristão dissolvido por Mussolini, De Gasperi assumiu a chefia dos primeiros governos da libertação, trazendo o promissor romano de 27 anos como subsecretário da Presidência do conselho de ministros. Dizia Indro Montanelli que, quando iam juntos à igreja, De Gasperi falava com Deus, enquanto Andreotti preferia falar com o padre... (De acordo com o jornalista, ao ler a frase ele teria comentado: “Sim, mas a mim o padre respondia...”).

O anticomunismo interno e a militância europeia e atlantista na Guerra Fria balizaram a carreira do político que por mais tempo dirigiu os serviços de inteligência na Itália do pós-guerra. No período que vai desses anos difíceis da reconstrução até 1980 o país se converteria num dos principais campos da batalha ideológico-estratégica contra o comunismo soviético na Europa

Rubens Ricupero é diplomata; foi ministro da Fazenda do Brasil, secretário-geral da UNCTAD e embaixador do Brasil em Washington, entre outros cargos públicos.

ocidental e cenário privilegiado de conspirações, ações clandestinas, grupos terroristas, escândalos, atentados e assassinatos jamais esclarecidos.

Gostava da frase de Henry Kissinger, segundo a qual todas as pessoas de substância haviam iniciado a carreira nos serviços de inteligência. A prolongada frequência desses meios lhe desenvolveu o gosto inato do segredo, da informação restrita e comprometedora, da intriga e manobra de bastidores, da arte da manipulação, que lhe valeu ser comparado ao "burattinaio", isto é, o marionetista que controla os fios e movimenta os bonecos.

Colocou esses dotes a serviço da especialidade democristã de equilibrar os contrários e extrair de parlamentos fragmentados maiorias precárias cuja sobrevivência se media por vezes em dias, menos que em semanas ou meses. Tornou-se para isso mestre daquilo que o rico léxico político italiano denomina de "*trasformismo*", isto é, a capacidade de, com igual desenvoltura, aliar-se ora aos liberais que inclinavam os governos ao centro-direita, ora aos socialistas e radicais cujos programas moviam o pêndulo para o centro-esquerda.

Nas questões de política interna sua preocupação primordial sempre consistiu na conservação e defesa do Estado italiano, na garantia do *status quo*, de uma estabilidade propícia a um progresso sem aventuras nem riscos. Temperamento confessadamente avesso a experimentações ou improvisações, nunca revelou propensão para reformador das instituições e dos costumes políticos. Encarnou como poucos o apego do Partido Democrata Cristão ao poder quase como fim em si mesmo.

Se nunca sentiu incompatibilidade em fazer causa comum com antípodas ideológicos, tampouco teve repugnância em selar alianças táticas com desafetos pessoais. Bettino Craxi, o líder socialista, é que lhe teria dado o apelido de Belzebu, um dos sete príncipes do inferno, a fim de situá-lo nas mesmas paragens abissais de Belfegor, outro dos sete e alcunha conferida a Licio Gelli, o "*maestro venerabile*" da loja maçônica P-2 (Propaganda-2). O desprezo de Craxi não impediu que formassem juntos (com outro líder democrata-cristão, Forlani) o eixo CAF que sustentou os governos pentapartidários de 1980 a 1992. Atribui-se ao socialista o vaticínio de que a velha raposa Andreotti acabaria na peleteria, mas no final, depois da faxina da Operação Mãos Limpas, quem morreu tristemente foragido na Tunísia foi Craxi...

A familiaridade do Divo Giulio com o inquietante submundo de sombra dos serviços de inteligência talvez seja uma das explicações da frequência com que versões numerosas, algumas mais implausíveis que outras, o implicaram em quase todos os escândalos da história da Itália contemporânea. Segundo uma dessas histórias, teria sido ele a fazer chegar o envelope contendo cianeto de potássio ao banqueiro siciliano Michele Sindona, que se suicidou na prisão antes de proferir as revelações que prometera sobre seu conluio com a máfia no escândalo do Instituto para as Obras de Religião, o banco vaticano. Estaria igualmente envolvido na misteriosa morte de outro banqueiro, Roberto Calvi, encontrado enforcado sob uma ponte londrina.

Afirmam alguns que persuadiu o general Dalla Chiesa a aceitar o comando da operação antimáfia em Palermo durante a qual seria assassinado, segundo esses rumores, por saber demais sobre as circunstâncias do sequestro e morte de Aldo Moro. Foram tais e tantas as alegações contra ele que se defendeu dizendo que "exceto as guerras púnicas, me atribuem verdadeiramente tudo"...

A ironia e o humor eram armas eficazes para desmoralizar fabulações duvidosas e não comprovadas como essas. Possuíam, no entanto, pouca eficácia contra denúncias mais concretas como as suscitadas no caso Aldo Moro e nos processos criminais em que se viu denunciado e julgado pela Justiça. Durante os 55 dias do sequestro e posterior assassinato de Moro pelas Brigadas Vermelhas (março a maio de 1978), ocupava a chefia do gabinete com apoio tácito dos comunistas, ironicamente por iniciativa e indicação do líder sequestrado, que preparava na época o "compromisso histórico" do ingresso do Partido Comunista no governo. A recusa intransigente de qualquer negociação com os terroristas e a maneira como foram conduzidas as investigações valeram-lhe críticas que vão da insensibilidade diante do drama humano vivido pelo seu velho colega da juventude universitária a suspeitas de sinistras motivações de tipo conspiratório.

No Memorial, conjunto de anotações resultantes do interrogatório a que foi submetido pelos brigadistas, Moro descreve o colega como “dirigente frio, imperscrutável, sem dúvidas, sem palpações, sem jamais um momento de piedade humana” e se queixa amargamente de que durante seu martírio o primeiro-ministro “permaneceu indiferente, lívido, ausente, encerrado no seu escuro sonho de glória”. A pressão psicológica e a anormalidade das condições a que estava submetido o prisioneiro devem ser levadas em conta ao avaliar as opiniões que emitiu. É fato, contudo, que elas correspondem a uma impressão que se havia generalizado sobre o comportamento do chefe do governo.

Fatos delituosos de outra natureza se encontram na origem dos processos que lhe moveu a justiça criminal italiana. As principais vicissitudes policiais e judiciais em que se viu implicado foram os juízos por cumplicidade no homicídio do jornalista Mino Pecorelli e participação em “associação para delinquir” em relação à Cosa Nostra siciliana. Ocorrido em 1979, o assassinio de Pecorelli, diretor do jornal *Osservatorio Politico*, demorou duas décadas para ser julgado em Perugia. Andreotti foi absolvido em primeira instância, condenado em segundo grau a 24 anos de prisão como um dos mandantes do crime, junto com o chefe mafioso Gaetano Badalamenti e finalmente absolvido na apelação, julgada em 2003.

O processo por associação mafiosa junto ao Tribunal de Palermo conheceu tramitação igualmente tortuosa e se concluiu em definitivo com a sentença do Tribunal de Cassação de outubro de 2004. A Corte confirmou decisão anterior de Palermo, que havia declarado extinta por prescrição a “concreta colaboração” do imputado com a organização criminosa, descrita como “uma autêntica, estável e amistosa disponibilidade” até a primavera de 1980, absolvendo-o de fatos posteriores a essa data.

O sinistro envolvimento com os mafiosos se originara do interesse do político romano de contar no seio da Democracia Cristã com o apoio da facção partidária comandada na Sicília pelo deputado Salvo Lima, assassinado em 1992 por ordem de seus antigos aliados criminosos. O general Dalla Chiesa deixou anotado nos cadernos pessoais que a facção de Andreotti era o grupo político da ilha mais contaminado por associação com a Cosa Nostra.

Fatos como esses, comprovados além de qualquer dúvida razoável, não passam de pequena parte, a mais plausível, das copiosas declarações recolhidas dos “pentiti”, os delinquentes que aceitaram colaborar com a justiça em troca de menores penas. Embora jamais se tenham produzido provas materiais da maioria das alegações, elas não deixaram de aportar toques sensacionalistas e dramáticos à legenda negra andreottina, contribuindo para frustrar sua maior ambição: a de se tornar presidente da República, um dos raros cargos que não conseguiu alcançar. Chegou perto, na sucessão de Francesco Cossiga, em 1992, mas os assassinatos, com poucas semanas de intervalo, de Salvo Lima e do juiz Giovanni Falcone, lhe inviabilizaram a candidatura, abrindo caminho à eleição do presidente da Câmara de Deputados, Oscar Luigi Scalfaro.

A essa altura, já se havia iniciado o irremediável declínio dos grandes nomes da política italiana do pós-guerra em decorrência do duplo desmoronamento, externamente, do comunismo e da Guerra Fria e, no plano interno, da Primeira República, vítima do escândalo de corrupção de Tangentópolis. Levando em conta sua íntima associação com quase todos os desdobramentos da política italiana em mais de quatro décadas, o velho patriarca democrata cristão passou relativamente incólume pelo furacão das investigações da Operação Mãos Limpas, o que reforçou ainda mais sua reputação de “inoxidável”.

Conforme notou seu biógrafo Massimo Franco: “Enquanto existiu um mundo dividido entre Ocidente e comunismo, Andreotti parecia eterno. Era o *seu* mundo, no qual se movia com a ligeireza e o cinismo de quem conhecia não só as aparências, mas o subsolo”. Desaparecidas a Guerra Fria e a Democracia Cristã, não logrou mais ganhar pé no chão movediço da Segunda República, dominada pela vulgaridade e grosseria de figurantes como Silvio Berlusconi e Umberto Bossi. Tinha consciência de ser o sobrevivente por excelência: à monarquia, ao fascismo, à Primeira República, a sete papas, a seis processos, a incontáveis e fugazes governos. Narra o mesmo biógrafo

ter-lhe ouvido o comentário de que, apesar de não gostar de biografias de pessoas vivas, compreendia que se interessassem pela dele, já que se tinha convertido num “póstumo de si próprio”.

Suas referências haviam sido invariavelmente o Vaticano, a Europa, a Aliança Atlântica e os Estados Unidos. No interior desses pontos cardeais e desde que se mantivessem imperturbados os equilíbrios fundamentais, exercitava a flexibilidade tática que aprendera da diplomacia vaticana, pronto a ajustar pragmaticamente com os adversários o *modus vivendi* que permitisse sobreviver e aguardar melhores dias.

Por muito tempo foi o líder italiano mais conhecido no exterior. Nenhum outro igualou ou mesmo se avizinhou de sua longevidade diplomática. Dirigiu diretamente a política externa ou esteve intimamente ligado à sua condução nas sete vezes em que exerceu a presidência do conselho dos ministros, ademais de suas oito passagens pelo Ministério da Defesa e cinco pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros, sem esquecer os 40 anos de presença na Comissão de Assuntos Exteriores da Câmara de Deputados.

A durabilidade incomparável no governo, inclusive em postos econômicos e financeiros, justifica creditar-lhe parcela apreciável do êxito dos governos de maioria democrata cristã em transformar a Itália empobrecida, destruída e desmoralizada do final da Segunda Guerra no país próspero, dinâmico e inovador que chegou a ser em alguns momentos a partir dos anos 1960. Em compensação, e pelos mesmos motivos, não pode escapar à responsabilidade pela persistente incapacidade, dele e dos demais, de introduzir as reformas institucionais necessárias. É também indiscutível sua participação na criação do sistema de favorecimento e tráfico de influência que acabou por destruir a Primeira República, explodir a dívida pública e arruinar a economia.

Mas, como ficou dito acima, não é tanto a obra política ou administrativa que torna sua personalidade objeto de fascínio ou de admiração culposa. Essa atitude tem mais a ver com sua irredutível ambiguidade, a inesperada combinação de fé religiosa e desaforado cinismo, de vida austera de trabalho, sem escândalos sexuais ou financeiros, dormindo três horas por noite, com missa e comunhão diárias na igreja de San Giovanni dei Fiorentini e a frequência familiar e amistosa de facínoras e mafiosos, o recurso à manipulação, à dissimulação, à duplicidade para ganhar eleições e governar.

Como entender que um político de sincera fé religiosa se oriente pela maquiavélica ética do resultado e não pela ética evangélica da convicção, a de Jesus, que valoriza a pureza da intenção acima dos resultados? Alguns o explicam pela natureza do seu cristianismo, que pertenceria, sobretudo, a uma variedade pessimista, mais sensível ao pecado, ao mundo decaído, que à graça e à redenção. Nesse mundo irremediavelmente imperfeito e inclinado ao mal, não haveria outro remédio senão trabalhar com o defeituoso material humano que se tem à mão, como na frase de Kant: da madeira torta da humanidade jamais se há de fazer uma obra reta.

Ele próprio forneceu outra pista de decifração ao observar que “a malvadeza dos bons é perigosíssima”. Ou então, se poderia buscar a explicação muito antes do cristianismo, naquele sólido e desapiedado realismo que se confunde com o espírito romano. Assim como Andreotti era romano antes de ser italiano, quem sabe se nessa cidade de tantas sobrevivências imperiais, ele e seus quizes não seriam primeiramente romanos, antes de serem cristãos ou católicos?

Vai-se o homem e permanece o mistério. Melhor que nas descrições verbais, o filme *Il Divo*, de Paolo Sorrentino, Prêmio do Júri no Festival de Cannes de 2008, captou com sutileza essa existência toda banhada em atmosfera de penumbra, no lusco-fusco da indefinição e imprecisão moral. Em meio às brumas do crepúsculo ou da madrugada romana, desliza a sombra do homem torturado pela enxaqueca crônica, o “cardeal externo” da Cúria, o torcedor do Roma, o apaixonado por corridas de cavalo, o colecionador infatigável de todos os cartões, programas, guias de museus nas suas infindáveis viagens. Estará nesse arquivo a chave dos mistérios? Parece pouco provável, pois aquele que recolheu essa montanha de papéis velhos é o mesmo que declarou: “É preciso nunca deixar traços...”.

Misterioso, inquietante, indecifrável, indefinível, nem branco nem negro, passando de um a outro matiz de cinza, são as expressões que se repetem nos obituários. Giorgio Napolitano, o

respeitado presidente da República, reconheceu o papel excepcional do falecido na política italiana, mas preferiu deixar ao tribunal da história o julgamento de valor. *La Stampa* opinou que desta vez o presidente talvez se enganasse ao imaginar que o tribunal dos historiadores seria capaz de chegar a resultado mais conclusivo do que a justiça terrena. Esta, depois de anos de exaustivas investigações, não conseguiu melhor do que uma sentença à altura da ambiguidade do personagem: metade condenação, metade absolvição...

Pena que faltaram as vozes dos grandes italianos que demonstraram no passado a possibilidade de uma outra Itália. Piero Gobetti, que poderia aplicar à política andreottina aquilo que escreveu sobre o fascismo: "astúcia como suprema arte de governo e esperteza como pobre arte de sobrevivência, a grande intriga e o pequeno subterfúgio, a repetição habitual do recíproco engano". Ou Norberto Bobbio, o perfeito antípoda de Andreotti no rigor e integridade da consciência moral, na limpidez da lição sobre a confiança entre os cidadãos e nas instituições como base da democracia, que "necessita de transparência e exige que tudo o que diz respeito aos cidadãos aconteça à luz do sol".

Junho de 2013